



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS - FATECS
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Magda de Lúcio Lima

Imprensa e Sociedade Participativa

Basilia dos Santos Rodrigues da Silva
2051247/6

Brasília, outubro de 2008

Basilia dos Santos Rodrigues da Silva

Imprensa e Sociedade Participativa

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais e Aplicadas (FATECS), como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora Prof.^a Dr.^a: Magda de Lima Lúcio

Brasília, outubro de 2008

Basilia dos Santos Rodrigues da Silva

Imprensa e Sociedade Participativa

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais e Aplicadas (FATECS), como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a: Magda Lúcio
Orientadora

Prof. MsC. Mônica Prado
Examinadora

Prof. MsC. Vivaldo Souza
Examinador

Brasília, outubro de 2008

Dedico este trabalho aos meus pais, avós, irmãos, tias, amigos e professores.

Fátima Santos, mãe, exemplo de serenidade.
Natividade dos Santos, vovó, exemplo de força.
Thais Afonso, irmã, exemplo de companheirismo.

Agradecimentos

Ao observar parte das referências bibliográficas usadas nesta pesquisa vejo livros e cópias de textos que me foram úteis ainda no primeiro semestre de faculdade. De lá para cá, passaram-se quatro anos. Eu não sabia, mas o tema *Imprensa e Sociedade Participativa* já estava sendo construído desde as primeiras leituras de textos relacionados a Sociologia, Antropologia, Filosofia e Comunicação. O tema de pesquisa começou a ganhar corpo durante as aulas de Ética II – foi quando tive contato com obras relacionadas a cidadania e história. Referências e questões de pesquisa para um estudo eu já possuía, mas demorei para recortar o tema, ordenar os capítulos e encontrar um nome para a monografia. Nesse caminho agradeço a minha orientadora Magda Lúcio pela paciência e serenidade. Também aos outros professores, em especial, a Vivaldo de Souza e Sérgio Euclides – que me ajudaram a aguçar o meu senso crítico e observador – e a mestre Mônica Prado – que me despertou para o campo de pesquisas e me deu oportunidades para explorá-lo.

Agradeço aos meus amigos pelos anos de faculdade que me levaram a ter mais maturidade. Serão para sempre anos inesquecíveis e cheios de histórias para contar. Também àqueles amigos do segundo grau que mesmo com o fim do colegial mantiveram a amizade. Agradeço a minha família, pelo apoio e confiança. Mãe, vó, eu amo vocês. E o maior agradecimento de todos: obrigada Deus. Eu consegui.

“(...) somos parte de um processo
civilizatório em que será necessário
melhorar todas as instituições, gradativa,
paciente e seguramente. Esta é uma
tarefa que cabe não apenas aos
jornalistas, mas também é uma conquista
a ser feita pelo conjunto dos cidadãos, é
uma tarefa da nação”.

Sidnei Basile

Resumo

O Jornalismo ganhou força durante o período de redemocratização do país. Por muitos, é visto como irmão gêmeo da democracia moderna. Após anos de chumbo, a mídia garantiu liberdade para seguir com o ideal de fomentar a cidadania e ser um agente social. Mas será que o modelo existente hoje segue essas perspectivas? A pesquisa *Imprensa e Sociedade Participativa* busca saber se a Sociedade Civil está atenta ao seu papel e deveres ou usa do espaço midiático apenas para defender seus direitos e assim subsidiar sua apatia e falta de mobilização política. Será que ela vê nos meios de comunicação o representante que não encontra no governo? E a imprensa como atende a essa demanda? Para tanto, foram analisadas matérias de TV que tratam sobre problemas nas comunidades e artigos da Constituição Federal que falam sobre a colaboração da sociedade, e não apenas a atuação do governo, para a manutenção do bem estar de todos e do meio onde vivem.

Palavras-chave: Cidadania; Função Social; Representação Social; Sociedade Participativa; Comunicação.

Sumário

1. Introdução	8
2. Sociedade Participativa	10
2.1 Constituição Cidadã	10
2.2 Cidadãos Constituídos	13
3. Imprensa	17
3.1 Comunicação impulsiona cidadania	17
3.2 Ser é ser percebido na televisão	19
4. Método	21
5. Resultados	22
6. Discussão	26
7. Conclusões	30
8. Referências	32
9. Referências Bibliográficas	34
10. Apêndice	35

1. Introdução

Imprensa e sociedade participativa nasceu da vontade de entender como esses dois agentes conversam entre si e juntos constroem um canal de defesa de direitos e deveres. Partindo do pressuposto que a imprensa e a Sociedade Civil são instituições representativas que possuem ferramentas capazes de fomentar a cidadania.

A pesquisa também conta com uma análise de matérias televisivas produzidas de agosto a setembro pelo jornal DF Record, 1ª edição, da TV Record. São cinco programas escolhidos aleatoriamente e transmitidos entre esses meses. Na pauta estão diversos problemas vividos pela comunidade. Podendo ser eles: a insuficiência de escolas ou a incapacidade de atender aos anseios da população, atendimentos hospitalares tanto em postos médicos quanto em hospitais, ausência de equipamentos públicos de lazer, tais como quadras poliesportivas ou saneamento básico em uma cidade ou em uma determinada quadra.

A televisão foi o meio escolhido em virtude da dimensão subjetiva que as imagens veiculadas por ela podem alcançar. Opta-se pela dimensão por compreender sua materialidade no campo de estudos das ciências aplicadas. E a partir da análise dela é possível traçar algumas conclusões.

O objetivo principal do estudo é apontar quais são os agentes envolvidos na construção de uma sociedade, de que maneira eles atuam e de que forma a imprensa se apresenta nesta relação. As matérias televisivas servirão para ilustrar como a sociedade vê na imprensa a maneira mais fácil de aproximação com o governo e com isso alcançar o acesso aos serviços públicos. O governo, tanto pelo discurso da comunidade quanto no conteúdo narrado nas reportagens e imagens correlatas, é apontado como principal culpado pela manutenção dos problemas sociais. Observa-se, portanto, uma coincidência entre o conteúdo apresentado pelas emissoras e a fala da população.

A presente pesquisa visa entender se a imprensa é a representação que o povo não encontra no governo. Também pretende exemplificar situações em que as matérias fogem da busca pela solução dos problemas, e apenas reforçam o estado de caos em que as pessoas se encontram. Sem deixar de responsabilizar o governo por faltas e falhas em uma comunidade, mas sim apresentando perspectivas de

sociedade que vive baseada em uma responsabilidade compartilhada entre: indivíduos, iniciativa privada, Poder Público, sindicatos, associações e mídia.

O estudo também traz uma leitura da Constituição Federal, lei máxima que rege direitos e deveres da população, Governo e Estado, no intuito de apresentar os principais artigos que legitimam essa responsabilidade compartilhada e em especial, chamam a atenção da população quanto a sua colaboração, comprometimento com o espaço público.

Imprensa e Sociedade participativa é uma análise relevante no sentido de que reflete sobre a profissão do jornalista. Ela não se prende a termos herméticos, nem de juiz de valor como: bom jornalista. No entanto, espera ilustrar o modelo existente hoje, sobre quais paradigmas ele é fundamentado e o que ele representa para a sociedade.

O estudo baseia-se na teoria do *newsmaking*, modelo sistematizado por Mauro Wolf (2002) e Nelson Traquina (2005). Nele, a imprensa não reflete a realidade, mas ajuda a construí-la. Os teóricos levam em consideração critérios como noticiabilidade, valores-notícia, construção da audiência e rotinas de produção.

2. Sociedade Participativa

2.1 Constituição Cidadã

“Foi a sociedade, mobilizada nos colossais comícios das Diretas-Já¹, que, pela transição e pela mudança, derrotou o Estado usurpador. Terminei com as palavras com que comecei esta fala: a Nação quer mudar. A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. Que a promulgação seja nosso grito: Mudar para vencer! Muda, Brasil”.

Dessa forma, em 5 de outubro de 1988, Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte encerrou seu discurso na sessão solene de promulgação da nova Constituição. Para o deputado, era a Constituição Cidadã, a Constituição Federativa, a Constituição Representativa e Participativa, a Constituição do Governo Fiscalizadora. E mesmo em meio a esse sentimento de mudança e conquistas, Ulysses não a considerou perfeita, e sim, passível de reformas.

Na academia, os estudos ligados às Constituições ocorrem no âmbito do Direito Constitucional que está inserido na pasta do Direito Público.

Jorge Miranda (1990, p. 13-14) define o Direito Constitucional como:

a parcela da ordem jurídica que rege o próprio Estado, enquanto comunidade e enquanto poder. É o conjunto de normas (disposições e princípios) que recordam o contexto jurídico correspondente à comunidade política como um todo e aí situam os indivíduos e os grupos uns em face dos outros e frente ao Estado-poder e que, ao mesmo tempo, definem a titularidade do poder, os modos de formação e manifestação da vontade política, os órgãos de que esta carece e os actos em que se concretiza.

¹ Movimento de 1984, lutava pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que propunha a volta das eleições diretas para presidente. Na época, criou-se um clima de tensão em Brasília, pois o governo militar não tinha a menor intenção de aprovar a emenda. E foi o que ocorreu: por uma diferença de 22 votos a emenda não foi aprovada. Daí em diante, começou a luta pela presidência mesmo pela via indireta do chamado Colégio Eleitoral. Dois candidatos concorreram então às eleições: Paulo Maluf, pelo Partido Democrático Social (PDS), que tinha nítido apoio dos militares; e o candidato da oposição, Tancredo Neves. Em janeiro de 1985, Tancredo foi eleito presidente da República. Ele era visto como “salvador da pátria”; contou com votos até de setores do próprio partido do governo, que não queriam apoiar a candidatura de Maluf. Formou-se, assim, a Aliança Democrática (composta pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro e por dissidentes do PDS). No entanto, Tancredo nunca tomou posse. Por causa de graves problemas de saúde, foi operado e morreu um mês depois. Assumiu em seu lugar o vice-presidente, José Sarney.

Pelas categorias de análise de uma Constituição, a vigente no Brasil é considerada formal, escrita, legal, dogmática, promulgada (democrática, popular), rígida e analítica.²

Entre os trechos da Carta Magna, esse talvez seja um dos mais conhecidos: “Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos da Constituição” (BRASIL, 1988, p. 3). “Por meio” e “diretamente” são termos que definem bem este parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal (CF). Em uma frase, resume-se que poder não é ferramenta exclusiva dos políticos.

A passagem está relacionada à participação direta da população, não apenas pelo voto. A Carta fala de direitos como saúde, moradia, educação que os brasileiros têm. E também não abstém os mesmos dos seus deveres.

Durante um ciclo de palestras que se transformou no vídeo Jornalismo Sitiado, Eugênio Bucci (2006) faz uma paráfrase desse primeiro artigo tão conhecido: “Todo poder emana do povo. Portanto, este precisa ter informação para melhor delegar o poder”.

A Constituição que temos hoje passou a ser elaborada em uma Assembléia Nacional Constituinte formada em 1986, e que no ano seguinte deu início aos trabalhos. Foi um momento importante na vida, na história do Brasil e brasileiros. Após anos de chumbo, era o reencontro com a democracia.

Desde 1964, o país vivia sob o regime da ditadura militar, as leis eram impostas, a Constituição seguia o mesmo critério. Era elaborada e outorgada por tidos representantes da população, mas sem serem escolhidos democraticamente por ela. As garantias individuais e sociais eram minimizadas, e em certo grau, ignoradas. Eram representantes do povo governando em função de interesses ditatoriais. Um período de vivência pesada, carregada. As liberdades de informação, ir e vir, expressão e tantas outras foram cerceadas por atos institucionais³.

² Formal, escrita, dogmática e legal por estar codificada em um único documento quanto a organização fundamental. Nesse sentido, ela é sistematizada em um texto solene e não apenas baseada em leis esparsas, costumes e jurisprudências. Rígida porque para alterá-la é necessário um processo legislativo mais demorado e dificultoso do que o existente para as demais espécies de normas. A Constituição é uma obra extensa que examina e regulamenta todos os assuntos que entende como relevantes à formação, destinação e funcionamento do Estado. Àquelas questões mais aprofundadas prevê a criação de leis complementares. Por ser assim, é considerada analítica e não sintética.

³ Dispositivos editados por governantes militares com força de lei.

Após o fim da ditadura militar, era necessária a criação de uma nova lei máxima que se adequasse ao momento de abertura política. Os brasileiros redescobriram o prazer em ter vontades, defendê-las e crer na possibilidade de vê-las tornar real. Em 1986, o Senado Federal distribuiu formulários pelas agências dos Correios de todo o país. O objetivo era convidar a sociedade a enviar sugestões e assim participar da Assembleia Constituinte.

Ao todo, 72719 formulários foram preenchidos e chegaram ao Senado. Em 2007, esses documentos embasaram o roteiro de Cartas ao País dos Sonhos.⁴ Um documentário da TV Senado no qual os personagens são crianças, estudantes, empresários, fazendeiros, enfim, brasileiros que em 1986 quiseram opinar na elaboração da nova Constituição. Na lista de interessados em serem ouvidos também estão boias-frias, presidiários, professores, cientistas, artistas, bancários e aposentados.

E assim, após um longo período sem Constituições formuladas por uma Assembleia Constituinte, composta de representantes do povo, a Constituição de 1988 ficou conhecida como Cidadã. Antes dela, a última a ser promulgada foi a de 1946.

A lei era, então, uma realidade. O Brasil na época ainda guardava lembranças recentes de 20 anos de ditadura. Em 2008, a Constituição comemora 20 anos de existência. Ela abriu espaço para os anseios das crianças, idosos, mulheres. E em uma dimensão mais abrangente, tratou de destacar a atuação do governo e da Sociedade Civil na manutenção do Estado.

Mas será mesmo que ter normas escritas garante a prática? A pergunta é retórica, mas instiga reflexões a respeito. Existe um imaginário brasileiro na expectativa da força da lei. Ainda que a lei funcione no Brasil como elemento de diferenciação política e social, para Roberto da Matta (1983, p. 85) “a força da lei é, pois, uma esperança”.

Moisés (1990) entende que houve uma divergência entre o país real e o país formal. Ele trata as leis como artificiais, nas quais os costumes políticos desligaram-se da vida real do povo, produzindo instituições que funcionavam como anexos da experiência concreta do povo, justificando a intervenção das elites na organização

⁴ Textos relacionados disponíveis em <http://www.senado.gov.br/tv/cartas/>. Acesso em: 1 de outubro de 2008.

da comunidade. Esse hábito impulsionou a população a uma conduta política de aguardar “tudo de cima” do poder público, promovendo uma “alienação política”.

É uma antítese. Ao mesmo tempo em que a população proclama as leis para entoar a ordem e tem esperança permanente de vê-las aplicadas e cumpridas, a população também é descrente na política e instituições do regime democrático. E se ainda espera “tudo vir de cima”, daqueles que encabeçam as decisões do Legislativo, Judiciário e Executivo, esquece que assim como esses representantes também tem papel social a ser cumprido.

Em *Os donos do Poder*, Raymundo Faoro (1989) chama esse costume da sociedade, esse posicionamento, de parasitismo. Nele, a população está desmotivada, desmobilizada, separada do espaço público, à espera dos favores dos mandatários.

A professora Ângela Fernandes (2000, p. 59-60) em um estudo sobre a cidadania, democracia e cultura política no Brasil e Espanha após períodos ditatoriais analisou a obra de Faoro. E abstraiu:

O poder vem do alto, de uma minoria da sociedade, enquanto a legitimidade vem de baixo, através do reconhecimento em torno de valores. A legitimidade não se dilui na legalidade, pois se a primeira estivesse contida na segunda, desapareceria a participação ativa e a resistência às leis que negassem os fundamentos da democracia. Estados totalitários podem converter-se semanticamente em Estados de direito por governarem por meio de leis votadas por corpos coletivos. A legitimidade se fundamenta em valores ancorados na democracia. A concepção de Estado Democrático de Direito tem como fundamento a cidadania, na qual todos os indivíduos seriam iguais, com direitos e deveres a cumprir.

Nas ações da sociedade participativa ocorrem não apenas a reapropriação do espaço público, mas atinge-se o ideal de gestão compartilhada entre Governo, indivíduo, iniciativas privadas, ONG's, associações e sindicatos. E por que não tratar a imprensa (e a mídia em geral) como agente também formador desse modelo.

2.2 Cidadãos constituídos

Em *O que é participação*, Bordenave (1994) fala sobre a macro e microparticipação. Segundo o autor, na democracia liberal os cidadãos aprendem a atuar de modo macro e não são educados para a microparticipação: nas

comunidades, sociedades profissionais, grupos de igreja, clubes esportivos, grêmios estudantis, sindicatos e associações de bairro.

O autor acredita que como consequência “os cidadãos esperam tudo do paternalismo do governo; as leis se formulam mas não se cumprem (pois não foi desenvolvida a responsabilidade social); o povo permanece atomizado e desorganizado” (BORDENAVE, 1994, p. 57).

Segundo Ângela Fernandes (2000), para contrariar e questionar a hegemonia dos regimes militares, os grupos que surgiram eram autodenominados de “representantes da sociedade civil” e caracterizavam-se não apenas pela explícita oposição às formas de ação do Estado, como também pela busca de uma autonomia em relação a ele.

A pesquisadora atribui o ressurgimento da sociedade civil durante o processo de democratização à emergência de movimentos sociais, tais como sindicalismo, os movimentos de base ligados à Igreja Católica e o associativismo profissional da classe média.

A Constituição Federal chama a atenção dos brasileiros quanto a sua colaboração. Em artigos como o que trata da promoção e incentivo da educação no país (BRASIL, 1988, p. 137):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁵

Também no que fala sobre o patrimônio público (BRASIL, 1988, p. 142):

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.⁶

E há ainda citações sobre a participação da população quanto a assistência social. As ações governamentais nessa área são realizadas com recursos do orçamento e estão organizadas com base nesta diretriz: “participação da população,

⁵ Art. 205.

⁶ Art. 216, V, § 1º.

por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis”.⁷ (BRASIL, 1988, p. 137)

Nesta concepção participativa, podemos identificar três esferas de atuação conjunta que são dependentes e indispensáveis para qualquer ação efetiva de manutenção do bem público. A primeira corresponde à administração pública, exercida em três diferentes níveis – federal, estadual e municipal. A segunda (mais abrangente de todas) refere-se à sociedade; temos a atuação das associações, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, movimentos urbanos e rurais, assim como das empresas, que mesmo sendo de capital privado podem ter uma estratégia de atuação de interesse público. A terceira esfera diz respeito ao ser individual. Nela o âmbito de alcance é mais subjetivo, nem por isso restrito já que possui igual importância quanto as outras esferas. Aqui, encontra-se o cidadão atuando no espaço da sua casa, bairro, local de emprego, entre outros.

Em Cidadania Ambiental, Maurício Waldman (2003, p. 555) reforça a sinergia dessas três esferas:

Salientemos que, por princípio, responsabilidade compartilhada ou é deste modo objetivada – ou seja, torna-se concreta pela criação de parcerias sociais entre esses três níveis, que interagem e, por sinergia, atuam conjuntamente para a resolução dos problemas ambientais -, ou então simplesmente ela não existe. Não adianta apenas uma dessas esferas agir isoladamente, pois é preciso articular ao máximo, por meio de uma atuação conjunta e coordenada.

No entendimento de Waldman (2003), o indivíduo como ser atuante é visto de uma ótica positiva. Isso quando ele age no meio em que vive em prol do bem estar coletivo. No entanto, no surgimento dos primeiros direitos foi dada outra abordagem ao termo indivíduo, em um tom mais individualista.

Os direitos possuem três gerações: a primeira são as garantias individuais, como o da moradia, por exemplo; a segunda são os sociais, como o da aposentadoria. Enquanto uma trata dos interesses dos indivíduos e a segunda fala sobre os grupos, a terceira geração traz uma nova visão do coletivo, são os direitos relacionados ao meio ambiente, por exemplo.

Textos do pensador inglês John Locke foram alguns dos que embasaram a criação dos direitos de primeira geração. Locke tinha uma visão fundamentada no

⁷ Art. 204, II.

individualismo. Ele trouxe as perspectivas dos direitos e garantias fundamentais do ser humano.

No entanto, o homem entendeu ao longo de sua existência que não há vida sem a alteridade, o contato com os outros. Diversas características o aproximam de indivíduos similares, e quando eles estão juntos formam-se os grupos.

No entendimento de Paulo Emilio Macedo (1996, p. 203):

O teor individualista dessas declarações, que se fundamentavam em uma desconfiança do cidadão contra o aparelho estatal e em uma concepção de indivíduo como um mundo em si (que apenas se relacionaria com os outros através da mediação de um contrato), foi se tornando obsoleto. O indivíduo não é uma mônada⁸, mas um ser que vive em determinado contexto.

Para uma nova concepção de Estado surgem os direitos sociais, os de segunda geração. Além da aposentadoria, neles estão contidos os direitos relativos ao trabalho, saúde, educação, assistência social, entre outros. O titular dessa geração deixa de ser o indivíduo e ganha o corpo de grupos sociais, nos quais os participantes possuem vínculos que os igualam.

Se nas duas primeiras gerações é possível definir ligação imediata entre o interesse e o titular do bem. Na terceira, isso não é possível. Ao ser observado que existem determinadas situações em que o bem é indivisível e ao mesmo tempo satisfaz uma coletividade, mas não uma coletividade certa e sim, indeterminada, foi necessária a criação de uma nova linhagem de direitos. A terceira geração também é conhecida como direitos difusos ou metaindividuais.⁹

Nela encontram-se apontamentos relativos ao meio ambiente; aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turísticos e paisagísticos; da ordem econômica, entre outros.

⁸ Substância simples, atômica. Unidade.

⁹ Meta = acima, além. Nesse caso direitos metaindividuais transcendem o indivíduo.

3. Imprensa

3.1 Comunicação impulsiona cidadania

A imprensa foi um dos agentes atuantes na conquista da redemocratização do país, em 1985. A liberdade que possui hoje é resultante das lutas travadas em tempos em que poemas e receitas de bolo eram usados para driblar a censura.¹⁰

Em 1968, o Ato institucional¹¹ nº5 (AI-5) foi aplicado para garantir o silêncio da imprensa. Ele foi criado dentro do golpe militar que envolveu o Brasil quatro anos antes.

Durante essa época, as matérias escritas caminhavam no sentido de vencer os anos de chumbos impostos, na expectativa de dar voz àqueles não beneficiados pelo regime. Elas ajudaram a compor um sentimento de democracia e reforçaram o papel social do jornalista.

No entanto, o que é possível ver hoje, são peças jornalísticas que confundem opinião e notícia; que abrem espaço para o drama das pessoas mas não apontam soluções para os problemas. O espaço dado é do tamanho que cabe imagens sensacionalistas de caos social, tendo como pano de fundo, muitas vezes, o governo como principal culpado pela situação – quando não, o único. Fala-se em sociedade, a qual é formada por diversas partes – como a população, iniciativa privada, ONG's – todavia, o ônus dos problemas existentes é atribuído apenas, na maioria dos casos, às autoridades e falhas encontradas nas políticas governamentais.

Quando o jornalismo age assim, ele não propicia o amadurecimento da democracia, da cidadania, do pensar em comunidade. E acaba não veiculando informação de verdade aos expectadores. Dessa forma, a imprensa que ajudou a construir a democracia, não age hoje com eficiência no avanço da cidadania no Brasil.

No livro *Jornalismo Político*, o jornalista Franklin Martins (2005) ressalta a necessidade de o repórter não se esquecer da "primeira lealdade", a que ele deve à sociedade. Nessa linha são apontadas as demais lealdades as quais o jornalista deve ser fiel, entre elas, às fontes, à categoria e à empresa. Ainda que possua

¹⁰ Eles eram usados para preencher os espaços, nos quais na realidade haveria matérias.

¹¹ Dispositivo editado pelos governantes militares com força de lei.

outras lealdades às quais responde simultaneamente, o repórter deve determinar uma hierarquia entre elas, mantendo a que deve à sociedade no topo da lista. Como é defendido por Martins (2005, p. 33):

Nós, jornalistas, temos um contrato informal com a sociedade, que nos garante uma série de prerrogativas, como o acesso a informações de caráter público, o respeito ao sigilo de fontes (...), o direito de divulgar o que apuramos ou pensamos – em suma, gozamos de liberdade de imprensa. Em contra-partida, a sociedade espera que os jornalistas exerçam esses direitos com o objetivo de mantê-la informada, e não visando ao proveito pessoal ou empresarial. No fundo, o direito do jornalista à liberdade de imprensa é apenas um reflexo do direito de a sociedade ser bem informada. Essa é a questão básica que norteia a relação do jornalista com a sociedade.

Pela Teoria das Representações Sociais (TRS) proposta por Serge Moscovi (2003), a comunicação é a oportunidade de tornar algo individual em social. Para ele os sujeitos sociais se combinam e constroem campos representacionais, isso para dar sentido à realidade, saber interpretá-la, dominá-la.

Segundo Marc Paillet (1986) "nos países de democracia popular, o jornalismo é parte integrante da atividade ideológica. Aliás, a mensagem política tem predileção por servir-se da forma jornalística". Em seu livro *Jornalismo: Quarto Poder*, ele fala como diariamente o jornalista é desafiado a fazer um relato objetivo e o mais exato possível da realidade, no entanto, há um abismo entre o texto elaborado e a suposta realidade dos fatos.

A união do que diz Moscovi e Paillet ressalta o sentido deste pensamento de do pesquisador francês Pierre Bourdieu (1996, p. 25): "os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado".

A pauta do jornalismo hoje contribui na formação da cidadania ou caminha em sentido oposto ao seguido pela busca de soluções dos problemas enfrentados pela sociedade? Para o jornalista, Sidnei Basile (2002, p. 42) programas em que os conceitos de informação e entretenimento se embaçam:

(...) torna a todos reféns de um processo de informação que, ao invés de informar, despolitiza; ao invés de entreter, aguça o medo individual e coletivo; e, em vez de propor soluções, potencializa a angústia e o sentimento de impotência de se viver em coletividade.

Para Basile, a mistura entre jornalismo informativo e jornalismo de entretenimento resulta em uma relação que deturpa a função do primeiro tipo. Questão essa que será mais bem aprofundada no sub-capítulo sobre a narrativa televisiva.

3.2 Ser é ser percebido na televisão

A televisão é o meio de comunicação mais presente nos lares da família brasileira. A afirmação é confirmada por dados do IBGE¹². A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio, feita pelo instituto em 2007, apontou que 94,8% dos lares brasileiros possuem televisão, ou seja, 53 milhões de domicílios. O Distrito Federal lidera o percentual de presença: 98,8% das casas possuem televisão, o equivalente a 725 mil domicílios. E se tratando de comunicação pela imagem em movimento, essa pesquisa não demonstra a quantidade de pessoas que têm acesso a programas de televisão por meio da internet no computador ou telefone celular.

Um levantamento feito neste ano com as principais operadoras de telefonia móvel do Brasil revelou que o país ultrapassou a marca de 140 milhões de assinantes. O Distrito Federal é a única unidade da federação que têm mais celulares do que pessoas – 130 para cada 100 habitantes. No Rio de Janeiro, que tem a segunda maior taxa, são 91 aparelhos para cada 100 moradores. É improvável que todos esses aparelhos possuam o recurso de tevê, mas aqueles que têm, aumentam o potencial dessa mídia.

Ela ganha até mesmo dos impressos. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ) na última década cresceu o número de jornais diários em circulação. São vendidos 7,2 milhões de exemplares por dia (somados aqueles adquiridos nas bancas e por assinatura). Ainda que a indústria gráfica produza e venda mais nos dias atuais não vence a dimensão alcançada pela tevê.

A frase “ser é ser percebido na tevê” nomeia este sub-capítulo e é mais uma citação de Bourdieu (1996, p. 16). Em outras traduções do pensador francês, a frase aparece assim: “Ser visto é ser visto pela tevê” ou “ser é ser considerado pela televisão”. Ela sintetiza o interesse das pessoas pela televisão, tanto pelo assistir quanto por aparecer nela. Em Videologia, Bucci e Kehl (2004) discutem a função

¹² Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007>

social do jornalista em tempos de uma sociedade do espetáculo¹³. Os autores entendem que “a TV monologa dentro das casas brasileiras. Não há um outro veículo que a conteste, ou que se equipare a ela. A TV dá a primeira e a última palavra e, mais que isso, a primeira e a última imagem sobre todos os assuntos” (p. 242).

Mas imagem não é tudo. O velho ditado popular “uma imagem vale mais que mil palavras” é desmentido ou pelo menos tem efeito minimizado por uma matéria televisiva. Tente assistir um jornal sem áudio. A experiência reforça a seguinte afirmação do jornalista Felipe Pena¹⁴ (2005, p. 84), “a linguagem verbal parece ser a única realmente imprescindível para a compreensão da mensagem. Dificilmente veremos imagens sem um enunciado verbal durante o telejornal”. As discussões sobre linguagem e imagens televisivas serão retomadas no capítulo de estudo de caso das matérias do DF Record.

¹³ Teoria proposta por Guy Debord (1997) na qual o espetáculo não é conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada pelas imagens. O reconhecimento social desses indivíduos desamparados se dá inteiramente pela visibilidade. Da visibilidade não pela ação política, mas da visibilidade espetacular.

¹⁴ Em seu livro Teoria do Jornalismo, Pena relembra a percepção de Umberto Eco quanto a linguagem televisiva. Para Eco trata-se de uma combinação de três códigos: o icônico, o lingüístico e o sonoro. O primeiro trata da percepção visual em si, as imagens. O segundo reporta-se à língua. O terceiro é relativo à música e aos efeitos sonoros.

4. Método

Ao ser definido o tema de pesquisa *Imprensa e Sociedade Participativa*, dois caminhos metodológicos foram seguidos. No primeiro, houve leitura de obras relacionadas a cidadania, comunicação e narrativa televisiva. No segundo, buscou-se identificar quais programas de televisão serviriam de amostra para estudo.

Após revisão bibliográfica sobre teorias da comunicação, quarto poder, cidadania, democracia e linguagem televisiva, nos meses de agosto e setembro, a pesquisadora assistiu noticiários locais, das emissoras Record e Globo, a fim de escolher quais matérias de qual jornal seriam analisadas.

Programas do DF TV 2ª edição e Record DF 1ª edição foram assistidos. Esses jornais são veiculados, respectivamente, pelas emissoras Globo e Record, na faixa das 19h. O intuito era analisar o discurso dos âncoras e repórteres de um deles. E entre as matérias, identificar aquelas que se propõem a defender os direitos do cidadão e cobrar ações do governo de modo mais explícito. Daí optou-se por aprofundar o tema de pesquisa nas matérias da Record.

A emissora de televisão foi procurada para ceder programas a serem analisados academicamente. Pela pouca disponibilidade e trâmite apresentados, a pesquisadora optou por gravações caseiras, mas ainda mantendo o ideal de buscar edições transmitidas em dias aleatórios.

Cinco programas foram gravados e assistidos. Das matérias produzidas neles, quatro foram selecionadas por se encaixarem em pelo menos três dos seguintes critérios – uso de vários personagens na construção da reportagem, pedidos de mobilização do governo, denúncias de falta de políticas públicas, uso de comentários opinativos e exposição de problemas sociais que cercam a comunidade há anos. As quatro matérias estão no campo de apêndice do trabalho.

5. Resultado

Em um estudo de caso sobre o DF TV, o pesquisador Venício de Lima (2004, p. 266), aponta o apresentador como ouvidor-geral que pede explicações ao governo pela população, sendo os repórteres, fiscalizadores das ações do governo e das autoridades:

o DF-TV contribui para que esses segmentos não se organizem para encontrar a solução de seus problemas mediante o exercício pleno da cidadania. Vale dizer, o DF-TV não contribui para a solução dos problemas apontados mas para a sua perpetuação. É mais fácil reclamar ao repórter da Globo e ter a recompensa simbólica de "aparecer na TV" do que participar de reuniões na comunidade, filiar-se a um sindicato ou exercer a militância num partido político.

Nesse estudo sobre as práticas de jornalismo da TV Record, no DF Record, a mesma falha foi encontrada nas peças avaliadas. Os temas tratados nas quatro matérias analisadas são diversos: lixo nas ruas, reforma no parque de uma escola, buracos em áreas rurais habitadas e falta de estrutura para instalar computadores em uma comunidade também rural. Um posicionamento do governo é na maioria dos casos cobrado e poucas vezes a atuação da comunidade é vista como agente de mudança.

Em 2 de agosto, uma nota coberta¹⁵ falava de uma denúncia feita programas antes pelo jornal e que agora havia recebido uma resposta do governo. O apresentador chama a nota da seguinte forma: “Depois que o DF Record mostrou as obras pela metade da Escola Classe 425 de Samambaia, finalmente o governo tomou providências”. E prossegue a informação enquanto imagens da quadra suja, de grades furadas, buracos no pátio e parquinho quebrado aparecem: “A Secretaria de Educação resolveu incluir o colégio no pacote de reformas dos centros de ensino do DF. Os alunos reclamam que estão sendo prejudicados com a falta de estrutura. A Secretaria informou ainda que as obras vão ser concluídas neste segundo semestre”.

Levando em consideração os termos sublinhados na nota, dá para se ter uma noção do tom usado pelo âncora. Em suma, o governo finalmente tomou providências, resolveu fazer algo porque o jornal mostrou (tornou público) o problema.

¹⁵ O apresentador, da bancada, lê a nota enquanto imagens sobre o fato vão aparecendo. Daí o termo, por não ser uma matéria e sim, uma nota coberta por imagens.

No mesmo dia, outra matéria sobre omissão do governo e necessidade de a imprensa interferir. Nesse caso: moradores convivem com lixo próximo de casa. A matéria é chamada três vezes ao longo do programa. Primeiro na escalada: “Uma solução urgente: os moradores do Condomínio Sol Nascente no P Norte ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua”. Em seguida entra uma sonora¹⁶ de uma moradora: “É um descaso!” O jornal começa, outras matérias são passadas. Até que no fim do primeiro bloco, a reportagem sobre lixo nas ruas é chamada mais uma vez: “Nada mudou, nossa equipe volta ao Condomínio Sol Nascente no P Norte e registra que os moradores ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua”. Enfim, no segundo bloco a matéria é veiculada. Dessa vez, mais uma chamada: “O descaso continua. Os moradores do Condomínio Sol Nascente do P norte ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua. Sem a coleta, os entulhos são queimados, e a fumaça deixa as crianças doentes. Há três meses, nós mostramos o problema aqui no DF Record”.

O caso trata-se de um lixão clandestino ao lado de várias casas. O lixo que tanto causa problemas é depositado lá pela própria população. O condomínio que nasceu de uma ocupação irregular não possui espaço adequado para o depósito de dejetos. Como esse local não existe, a população joga lixo no meio da rua, por onde pessoas e carros passam. Pela produção em larga escala, o material é queimado com frequência. O mau cheiro, a fumaça e a sujeira invadem as casas dos moradores.

Durante a matéria, em nenhum momento a constatação lógica de que o lixo está ali porque a população joga é apresentada. Mostra as consequências, mas omite as causas. Após falar sobre a proliferação de insetos e ratos no local, e até mesmo mostrar um porco passando entre as pilhas de entulho e se alimentando delas, a matéria é concluída por uma nota pé¹⁷ do âncora: “a Administração informou que na segunda-feira vai mandar limpar a área mas pede aos moradores que colaborem e não jogem lixo no local.”

As práticas de coleta seletiva, reciclagem do lixo e conscientização de não deixar as crianças brincando no meio do lixo não resolveriam o problema por inteiro. Mas talvez o amenizasse. Esse é um dos grandes princípios de quando se fala em

¹⁶ Entrevista gravada.

¹⁷ Nota fim. Após a matéria ser exibida, volta para a imagem do apresentador na bancada e ele completa a reportagem com uma informação.

Sociedade Participativa: a existência dela não é a certeza de que os problemas serão resolvidos. Em *O que é participação*, Bordenave (1994) apresenta 10 princípios. Entre eles vale destacar, a participação: (i) É uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas; (ii) Justifica-se por si mesma, não por seus resultados; (iii) Leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo; (iv) É algo que se aprende e aperfeiçoa; (v) É facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação; (vi) Pode resolver conflitos mas também pode gerá-los.

Em 5 de setembro, o DF Record transmitiu matéria sobre um homem socorrido pelo Corpo de Bombeiros após ter passado horas dentro de uma cisterna, em Planaltina (GO). O homem de 49 anos não foi a primeira vítima do descuido de andar em uma área cheia de cisternas abertas e cair dentro de um buraco. A reportagem tenta mostrar que os moradores buscam prevenção colocando tampas de madeira em cima dos fossos. No entanto, ainda havia cisternas desprotegidas em lotes desocupados. A seguir, a repórter indaga uma moradora: “A senhora não tem condições de fechar esse poço?” E vem a resposta: “Não, não tenho condições de fechar essa boca dessa cisterna, fazer uma pedra de cimento, então quem tem que ajudar é o prefeito da cidade”.

O secretário de obras da cidade também é procurado. De acordo com ele: “A prefeitura pode tentar solucionar isso tapando. Só que tem que ter um planejamento todo porque tem o cronograma também, mas pode sim estar tapando, estar resolvendo esse problema”. A matéria é concluída com a sonora de mais um morador impossibilitado de solucionar ou minimizar o problema: “Não tem condições de fechar, comprar cimento, comprar pedra, murar os lotes não tem condições. Aqui a gente está em um canto isolado”.

Por fim, a imagem volta a dos apresentadores sentados na bancada. Um deles lê uma nota pé: “ainda segundo o secretário de obras de Planaltina de Goiás, será feito um cadastro de todos os donos de lotes da região. Quem não tiver condições de tampar as cisternas vai receber ajuda da prefeitura”.

Até aqui todo material de análise exposto confirma o estudo de caso feito anteriormente no DF TV pelo professor Venício de Lima. Já que as matérias até então não contribuem para que os diversos segmentos da sociedade se organizem para encontrar a solução de seus problemas. Essa reportagem do DF Record, sobre cisternas abertas em Planaltina, faz com que a análise avance. Isso porque, no fim da nota pé sobre a promessa do governo de atuar, o apresentador conclui dizendo:

“E que seja feito logo”. Frases desse tipo são comuns no desfecho das matérias do DF Record. Entre elas, típicos: “E nós vamos ficar de olho”.

No caso das cisternas, é estranho pensar que os moradores não se sentem responsáveis por tampar as cisternas dos lotes vizinhos desocupados, se mantêm o costume de andar neles e ficam a mercê do perigo de cair em um dos buracos. O discurso encontrado na comunidade de Planaltina (GO) mostrou-se unificado: “quem tem que ajudar é o prefeito da cidade”. Pela reportagem, ele é reforçado com um: “e que seja feito logo”.

As matérias estão nos apêndices da pesquisa na íntegra. Apreende-se que nelas há a necessidade de usar vários personagens que apresentem seus relatos dos problemas que cercam a comunidade. Para Bourdieu (1996, p. 25-26), a televisão convida à dramatização e faz uso de palavras “grandiloqüentes” para chamar a atenção. Aqui, voltamos a concepção icônica e lingüística da narrativa televisiva levantada por Umberto Eco. Nas palavras de Bourdieu:

com palavras comuns não se ‘faz cair o queixo do burguês’, nem do ‘povo’. É preciso palavras extraordinárias. De fato, paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda que diz o que é preciso ler – *legendum* -, isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa.

Em meio a esse universo de pesquisa (matérias de cinco programas do DF Record), uma conseguiu mostrar como a atuação de associações pode gerar benefícios a comunidade. Moradores de um assentamento rural a 105 km de Brasília participaram de um projeto de inclusão digital desenvolvido por um banco. Eles ganharam computadores, impressoras, webcam e internet. O problema era a falta de um lugar para instalar todo equipamento.

O presidente da associação de agricultores, que inscreveu a comunidade no projeto, mostra a área reservada para a construção de uma estação digital para abrigar os equipamentos doados: “nós procuramos alguns parceiros, um deles respondeu que se nós doássemos a área pra eles, eles poderiam ajudar a construir, infelizmente nós não podemos fazer isso”.

O apresentador conclui a matéria lendo: “os moradores do Núcleo Rural São Gabriel têm até o dia 12 de outubro para fazer a obra sob risco de perder os computadores. O serviço deve custar cinco mil reais. Quem quiser ajudar pode ligar para o telefone 9601 6474”.

Dessa vez, em nenhum momento chegaram a falar ser omissão do governo a falta de estrutura para a acomodação desses eletrônicos. No entanto, de modo superficial mostrou a atuação benéfica de uma associação de moradores. E a falta de colaboradores como empresários locais para a construção desse lugar que iria contribuir para o desenvolvimento social e econômico de toda região.

6. Discussão

Pela teoria do *newsmaking*, a imprensa ajuda a construir a realidade. Esse modelo rejeita a teoria do espelho, na qual existe a neutralidade e objetividade jornalística puras, sendo a imprensa um espelho, uma representação fidedigna da realidade. No entanto, pelo *newsmaking* o jornalismo está longe de ser o espelho real. Pena (2005, p. 128), em Teorias do Jornalismo, discorre a respeito:

É, antes, a construção social de uma suposta realidade. Dessa forma, é no trabalho da enunciação que os jornalistas produzem discursos, que, submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia.

Como a história da imprensa no Brasil se confunde com a redemocratização do país, os anos atribuíram credibilidade a alguns veículos do Jornalismo criando o chamado Quarto Poder, que para Roger Silverstone (2002, p. 265):

(...) foi construído sobre a premissa de que a comunicação ajuda impulsionar a cidadania. Enquanto outrora podíamos pensar na mídia como um fiador da liberdade e do processo democrático, temos agora de reconhecer o fato de que as próprias liberdades exigidas pela mídia e a ela concedidas e que nos serviram tão bem no passado estão a ponto de ser destruídas por essa própria mídia em sua ostentosa maturidade.

Em alguns momentos o tido Quarto Poder pensa que sobrepõe o papel do Executivo, Legislativo e Judiciário¹⁸. Entende-se aqui por dois motivos principais. Primeiro: o mito de que jornalistas são verdadeiros heróis, encarregados de zelar pelos interesses da sociedade. Eles vigiam os políticos, vilões da história sempre passíveis de cometerem deslizes em benefício próprio.

O segundo motivo é a própria omissão da sociedade, que busca ter voz pelo Quarto Poder. Pierre Bourdieu (1996, p. 29-30) entende que a televisão se torna o árbitro do acesso à existência social e política: “Suponhamos que hoje eu queira obter direito à aposentadoria aos 50 anos. Há alguns anos, teríamos carregado

¹⁸ O Quarto Poder talvez seja só mais um mito que cerca a profissão dos jornalistas. O próprio termo parte de uma distorção do modelo proposto por Montesquieu - que trata do Judiciário, Executivo e Legislativo. Por mais que se fale em divisões dos poderes, esse ensinamento foge da teoria levantada por Montesquieu. Para o pensador, há apenas um poder, ou seja, o poder é uno. Judiciário, Executivo e Legislativo são funções desse poder que cercam o Estado.

cartazes, teríamos desfilado, teríamos ido ao Ministério da Educação Nacional; hoje, é preciso contratar – eu mal exagero – um bom consultor em comunicação”.

Por exemplo: se em uma comunidade, há um buraco no meio da quadra, o problema incomoda. Até mesmo pessoas já caíram dentro dele. Em casos como este o que se tem observado é o aumento de programas televisivos voltados para denúncias feitas pela população de negligência na gestão governamental. Reportagens desse tipo fortalecem o comodismo social, já que questões fundamentais para a solução de problemas como esse, por exemplo, não são levantadas. As pessoas que moram nesta região pagam impostos? Trata-se de uma invasão? Elas jogam lixo dentro do buraco complicando ainda mais a situação? Há algum grupo, associação de moradores atuante, que conscientize as pessoas de evitarem passar próximo ao local? Sem tirar a responsabilidade do governo, podem ser encontrados outros personagens sociais que também atuam com negligência, contribuindo para a expansão ou persistência de um mesmo problema.

Exemplo 2: a quadra poliesportiva da comunidade está há anos com grades quebradas e redes (dos gols) rasgadas. A população reclama da falta de um lugar adequado para as crianças brincarem nas horas vagas. O prefeito ou administrador já disse que irá cuidar da situação. Os anos passam, as condições se mantêm as mesmas ou chegam a piorar seja pelos danos adquiridos com a ação do tempo seja pela depredação por parte da própria comunidade. Novos anos de eleições, novos governantes, mesmas promessas. E a quadra poliesportiva continua defasada. Os moradores não se unem. No entanto, não pensam duas vezes ao ver em um programa de tevê um número de telefone para denunciar a omissão do governo. Foi mais simples ligar, esperar a reportagem, e acreditar que as imagens irão pressionar os governantes do que se mobilizar e cuidar de uma questão simples, mas que por anos está entre os problemas da comunidade e a tendência – se nada for feito – é piorar.

Para Bourdieu (1996), quem acredita que basta se manifestar sem se ocupar da televisão corre o risco de errar o tiro. Assim, entende-se neste estudo que levar os problemas para a televisão também é um modo de manifestação. Esperar que assim tudo se resolva é uma sensação passageira e sedentária .

A imprensa como mediadora é usada pela população em defesa dos direitos. Na maioria dos casos, nela é vista uma forma de se chegar até o governo. No entanto, neste caminho, não é observado se o governo é mesmo o único

solucionador dos problemas, se a comunidade, pela inércia, não acaba contribuindo para a persistência desses problemas. O que é divulgado "espetaculariza" o fato, para mais tarde ele ser esquecido, e pouca mudança sofrer.

7. Conclusões

Pela análise dos vídeos conclui-se que a supervalorização midiática e a omissão da sociedade reforçam estereótipos de governo corrupto, de difícil acesso e pouca atuação. O governo poucas vezes aparece de forma pró-ativa. Ele necessita de algo ou alguém que o impulse a agir. O jornal é visto como o agente propulsor que movimenta as ações do governo, por meio de matérias - denúncias - que visam o bem-estar da sociedade.

Imprensa e Sociedade Participativa busca, assim como todo trabalho de conclusão de curso se propõe, discutir as práticas jornalísticas. A falta ou escassez de reflexões como essa é um dos fatores de estrangulamento apresentados por Bucci (2006) e Basile (2006) em *Jornalismo Sitiado*. Eles defendem que os erros e excessos do fazer jornalismo devem ser compreendidos e debatidos dentro da própria imprensa.

Na primeira palestra do vídeo - sobre Imprensa, Mercado e Democracia – Bucci (2006) fala que essas discussões fortalecem a liberdade de imprensa, não a enfraquece. Discutir em público os problemas de confecção do conteúdo editorial, as falhas desses processos, não abala a solidez dos jornais, das revistas, dos sites informativos. Ao contrário, robustece. Porque a imprensa vive da liberdade do cidadão, não da liberdade privilegiada dos jornalistas.

O segundo e terceiro fatores de estrangulamento que sítiam o jornalismo é a tirania da imagem e o espetáculo. No primeiro, o que é visível é igualado ao real, ao verdadeiro. Os jornalistas usam de textos como *Ensaio da Cegueira*, de José Saramago (1995) e *Vida e Morte do Olhar*, de Guy Debord (1997), para demonstrar como aquilo para ser considerado real necessita ser visto, ter representações fotográficas.

Para os autores tais questões levam a pensar que o jornalismo, na função clássica do jornalista de informar e mediar o debate público, está sitiado. E eles alertam também que não há qualquer outra instituição ou esperança de nova instituição que possa suprir esse papel. Nem a Igreja, o Governo, a Escola poderão fazer isso. Daí, a necessidade de discussões constantes sobre as práticas desse mediador do espaço público que pauta a conversa, ações, pensamentos das pessoas. Não só a imprensa, como toda a mídia: a novela, os filmes, a internet.

O objetivo principal do estudo de apontar quais são os agentes envolvidos na construção de uma sociedade, de que maneira eles atuam e de que forma a imprensa se apresenta nesta relação foi alcançado baseado nas amostras de conteúdo televisivo analisado.

Objetivo esse que pode ser aprofundado por meio de novas amostras (reportagens) e também de visitas às comunidades citadas. Esse contato mais direto revelaria detalhes sobre a participação da população, iniciativa privada e ONG's. No entanto, o presente estudo buscou entender esses agentes observando como eles são tratados, aparecem nas matérias jornalísticas, sendo que em alguns casos, não são nem lembrados.

Conclui-se que, no material analisado, a imprensa não é a representação que o povo não encontra no governo. A autora entende que a população vê e lida com a imprensa de duas maneiras: primeiro, como um agente intermediador (por meio dele o governo é alcançado); e segundo, a população encarrega a imprensa de agir por ela, dessa maneira a imprensa é a representação que o povo não encontra nele mesmo.

A omissão do povo é reforçada pelo discurso da televisão. A colaboração dela é defendida pela Constituição. As matérias analisadas não falam de responsabilidade compartilhada e assim fogem da busca pela solução, de fato, dos problemas porque atribuem, na maioria dos casos, a solução apenas a atuação do governo.

8. Referências

AVRITZER, L. *Sociedade Civil e Democracia*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1994.

BASILE, Sidnei. *Elementos de Jornalismo Econômico*. Rio de Janeiro: Negócio Editora, 2002.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Campus, Rio de Janeiro, 1992.

_____. *O Futuro da Democracia*. 5ª ed. Paz e Terra, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. *O que é participação*. 8ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUCCI, Eugênio e KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BUCCI, Eugênio e BASILE, Sidnei. *Jornalismo Sitiado*. São Paulo: Log On Editora Multimídia, 2006. 1 DVD.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1997.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Ed. Globo, 1989.

FERNANDES, Ângela Viana. Cidadania, Democracia e Cultura Política: Brasil e Espanha em análise. In: VAIDERGORN, José (Org.). *O Direito a ter Direitos*. Campinas: Editora Autores Associados, 2000, p. 53-74.

LIMA, Venício Artur de. *Mídia: teoria e política*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o governo civil*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. Coleção: Os Pensadores.

MACEDO, Paulo Emilio Vauthier Borges de. O papel das associações civis na defesa dos interesses difusos. In: OLIVEIRA JR., José Alcebiades de e LEITE, José Rubens Morato (Org.). *Cidadania Coletiva*. Florianópolis: Paralelo 27, 1996.

MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, Malandros e Heróis*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1983.

MIRANDA, Jorge. *Manual de direito constitucional*. 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1990.

MOISÉS, José Álvaro. *Cidadania e Participação* - Ensaio sobre o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular legislativa na nova Constituição. 1ª ed. São Paulo: Marco zero, 1990.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003

PAILLET, Marc. *Jornalismo: o quarto poder*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PATERNOSTRO, Vera Íris. *O texto na TV: Manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEDRO, Antônio. *História da Civilização Ocidental Integrada*. São Paulo: FTD, 1997.

PENA, Felipe. *Teoria do Jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional*. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2005.

WALDMAN, Maurício, *Natureza e Sociedade como espaço de*

Cidadania. In PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2002.

9. Referências Bibliográficas

BERVIAN, Pedro A. e CERVO, Amado L. *Metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DEBRAY, Régis. *Vida e Morte da Imagem – Uma História do Olhar no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

LIMA, Venício Arthur de. *Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1981.

LIPOVETSY, Gilles. *A Era do Vazio, ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação & Jornalismo: a saga dos cães perdidos*. 2ª ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Mídia e poder simbólico*. São Paulo: Paulus, 2003.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Exercício da Cidadania*. São Paulo: Lex Editora, 2007.

RAMONET, Ignácio. *A Tirania da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999.

TEMER, Michel. *Elementos de Direito Constitucional*. 15 ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

10. Apêndice

APÊNDICE A – NOTA COBERTA, 2 DE AGOSTO:

<p>CHAMADA</p> <p>Depois que o DF Record mostrou as obras pela metade da escola classe 425 de samambaia, finalmente o governo tomou providencias:</p> <p>A secretaria de educação resolveu incluir o colégio no pacote de reformas dos centros de ensino do DF. Os alunos reclamam que estão sendo prejudicados com a falta de estrutura. A secretaria informou ainda que as obras vão ser concluídas neste segundo semestre.</p>	<p>IMAGENS DE ARQUIVO: QUADRA, GRADE FURADA, BURACO, PARQUINHO QUEBRADO.</p>
---	--

APÊNDICE B – MATÉRIA, 2 DE AGOSTO:

<p>CHAMADA 1 (ESCALADA): Uma solução urgente: os moradores do condominio sol nascente no P Norte ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua</p> <p>SONORA: É um descaso!</p> <p>CHAMADA 2 (CHAMADA DE FIM DE BLOCO): Nada mudou, nossa equipe volta ao condomínio sol nascente no P Norte e registra que s moradores ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua.</p> <p>CHAMADA 3 (CHAMADA DE INÍCIO DE BLOCO) Nada mudou, nossa equipe volta ao condomínio sol nascente no P Norte e registra que s moradores ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua. O descaso continua, os moradores do condomínio sol</p>	
---	--

<p>nascente do p norte ainda convivem com o lixo espalhado no meio da rua, sem a coleta, os entulhos são queimados, e a fumaça deixa as crianças doentes. Há três meses nos mostramos o problema aqui no DF Record.</p> <p>OFF 1: As imagens gravadas por um morador mostram varias pilhas, logo depois as montanhas de resto de comida e pneus viram fogueiras (imagem do celular). Quem mora perto do lixão não conseguem suportar o cheiro e fumaça.</p> <p>SONORA 1 (HAMILTON ALBUQUERQUE – MARCENEIRO): A gente que tem criança, teve uma noite que a gente não conseguiu dormir, pensamos até que íamos para o hospital por causa disso.</p> <p>PASSAGEM: O lixo que não é queimado fica esparramado aqui nesta rua no setor de chácaras do P norte, alem de atrair ratos e insetos, a equipe flagrou um porco revirando os restos.</p> <p>OFF 2: Para tentar evitar que a foligem e a fumaça entrem Valdecir coloca um pano molhado embaixo de cada uma das portas. Na hora que o lixo está pegando fogo o jeito é ficar confinado dentro dos quartos com os ventiladores ligados. A ração do cachorro também não pode ficar do lado de fora porque os ratos comem. Nem varrendo todos os dias a casa fica limpa.</p> <p>SONORA 2 (VALDECI BARBOSA): Nós estamos querendo a transferência desse lixo daí, porque afinal de contas aqui é a avenida central, então esse lixo não é para estar aí. O lixão fica a poucos metros</p>	<p>MOSTRA VÍDEOS DE CELULAR COM CENAS DA SUJEIRA NA RUA</p> <p>REPÓRTER ANDA NO MEIO DO LIXO E MOSTRA PORCO</p> <p>IMAGENS DO LIXO NO MEIO DA RUA. CRIANÇAS BRINCANDO NELE. CARROS ANDANDO NO MEIO DAS PILHAS DE LIXO.</p>
--	--

<p>de um parquinho de diversão. As mães estão preocupadas com a saúde dos filhos.</p> <p>SONORA 3 (KELLY DA SILVA – DONA DE CASA): quando eu passo com o meu nenenzinho pra cá ... é o mau cheiro ... a gente fica com medo de doença ... é muita complicação ... a fumaça ... é um descaso.</p> <p>OFF 3: Há três meses a equipe do DF Record esteve por aqui para conferir como é a situação de quem vive lado a lado com um depósito de lixo clandestino. Nada mudou.</p> <p>SONORA 4 (LINDOMAR GOMES DE SOUZA – MORADOR): Todo dia os meninos ta doente, a gente estar no hospital todo dia com os meninos.</p> <p>SONORA 5 (PEDRO MARIO LUSTOSA – PEDREIRO): Rato, barata, micróbio, meus filhos fica tudo andando aqui, brinca e pega tudo o que é tipo de doença (pai com criança no colo)</p> <p>No bairro não faltam casas para alugar ou para vender.</p> <p>SONORA 6 (VALDECI BARBOSA – MORADOR): Desvaloriza demais. Tá todo mundo vendendo suas casas aqui. E eu conheço pelo menos umas quatro pessoas que já se mudaram por causa desse lixão.</p> <p>NOTA PÉ: A administração informou que na segunda feira vai mandar limpar a área mas pede aos moradores que colaborem e não jogem lixo no local. E nós vamos ficar de olho!</p>	<p>IMAGENS DE ARQUIVO.</p> <p>IMAGENS DE PLACAS: ALUGA-SE.</p>
---	--

APÊNDICE C – MATÉRIA, 5 DE SETEMBRO

<p>OFF 1: As cisternas abertas em Planaltina de Goiás tem feito cada vez mais vítimas. Só este mês é o segundo caso de morador preso dentro do buraco. Dessa vez, a vítima foi um homem de 49 anos, o resgate foi difícil, mas os bombeiros conseguiram retirar o homem com vida. A equipe do corpo de bombeiros teve trabalho para retirar o homem caiu nesse poço de 25 metros de profundidade.</p> <p>SOBE SOM: Está sentindo o que, está sentido dores nas pernas? Quebrei não, mas machuquei.</p> <p>OFF 2: Nivaldo tem 49 anos, e sofre de epilepsia. Segundo vizinhos, no momento da queda, ele estava sentado na beira do poço, no socorro foi preciso montar uma base de sustentação para que o bombeiro chegasse até o homem.</p> <p>SOBE SOM: Fica tranquilo que a gente vai subir junto.</p> <p>OFF 3: O resgate durou quase uma hora. Apesar do susto, ele não sofreu nenhuma fratura. Mas estava transtornado.</p> <p>SOBE SOM: Calma respira fundo.</p> <p>SONORA 1 (CB. GUILHERME GUIMARÃES – CORPO DE BOMBEIROS): Aqui na região acontece muito das cisternas, fossos, dos buracos estarem destampados.</p> <p>OFF 4: A vizinha de Nivaldo conta que no mês passado o filho dela também caiu no poço. Agora uma tampa de madeira protege o buraco</p>	<p>IMAGENS DO RESGATE</p> <p>MORADORES APLAUDEM O RESGATE.</p> <p>IMAGENS DE NIVALDO JÁ SALVO, GRITANDO BASTANTE.</p>
--	---

<p>mas ela pede ajuda.</p> <p>REPÓRTER: A senhora não tem condições de fechar esse poço?</p> <p>SONORA 2 (MORADORA RESPONDE): Não, não tenho condições de fechar essa a boca dessa cisterna, fazer uma pedra de cimento, então quem tem que ajudar é o prefeito da cidade.</p> <p>No mês de julho, a Record mostrou o resgate de um garoto também de Planaltina de Goiás que caiu em uma cisterna enquanto soltava pipa. O resgate foi dramático, o menino de 16 anos não resistiu a queda.</p> <p>SOBE SOM: Pais gritam por causa da morte do filho que caiu no buraco.</p> <p>PASSAGEM: Aqui no bairro São Jose cada terreno tem uma cisterna como esta, a profundidade varia de 15 a 25 metros. As famílias se protegem como podem improvisam tampa de madeira, mas o que fazer quando os lotes estão vazios como este ou aquele mais atrás.</p> <p>SONORA 3 (FABRICIO SILVA – SEC. DE OBRAS): Prefeitura pode tentar solucionar isso tapando. Só que tem que ter um planejamento todo porque tem o cronograma também, mas pode sim estar tampando, estar resolvendo esse problema.</p> <p>SONORA 4 (ADÃO PEREIRA – VIZINHO): Não tem condições de fechar, comprar cimento, comprar pedra, murar os lotes não tem condições aqui a gente está em um canto isolado.</p> <p>NOTA PÉ: E que seja feito logo.</p>	<p>COBRE OFF COM IMAGENS DE ARQUIVO DO ACIDENTE.</p>
--	--

APÊNDICE D - MATÉRIA, 19 DE SETEMBRO

<p>CHAMADA: Veja só que história: moradores do núcleo rural são Gabriel há 100 km de Brasília e preparam para entrar na era digital, eles ganharam computadores de um projeto de inclusão. Mas falta um lugar para colocar as máquinas se elas não forem colocadas dentro de um mês, elas terão de ser devolvidas</p>	
<p>OFF 1: Kasio tem 13 anos, e mora numa área rural, na escola onde estuda não tem computador.</p>	<p>MOSTRA KASIO, MOSTRA COMPUTADORES</p>
<p>SONORA 1 (KÁSIO – 13 ANOS): Estudar, pesquisar, várias coisas</p>	
<p>OFF 2: Já a mãe Maria Jose diz que o computador poderia facilitar o trabalho rural</p>	<p>MOSTRA MARIA JOSÉ FALANDO</p>
<p>SONORA 2 (MARIA JOSÉ – MÃE DE KÁSIO): Pra saber o preço, pra saber o que a gente combate as pragas. Tudo porque a gente fica assim tão deserto da cidade, a gente fica por fora das coisas, tendo computador fica tudo mais fácil.</p>	
<p>OFF 3: Raimundo tem uma criação de gado e galinhas, se tivesse um computador ele diz que não teria dúvidas o que pesquisar</p>	<p>MOSTRA RAIMUNDO ARANDO A TERRA E DANDO DE COMER ÀS GALINHAS.</p>
<p>SONORA 3 (RAIMUNDO): A parte de plantio, de criação de gado, como que é o manejo, tudo certinho, para me ver como é que fica para gente poder trabalhar</p>	
<p>OFF 4: Todas essas pessoas moram em um assentamento rural localizado em Planaltina de Goiás, a 105 km de Brasília. Foram onze anos para conquistar a terra. Agora, a luta é outra</p>	<p>MOSTRA PESSOAS SENTADAS EM UMA MESA CONVERSANDO. MOSTRA UM TRABALHADOR ARANDO A TERRA. MOSTRA A ÁREA ONDE ELES VIVEM.</p>

<p>PASSAGEM: Em 2006, representantes do assentamento de Itaúna resolveram participar de um projeto de inclusão digital desenvolvido por um banco. Depois de reunir todo material necessário, eles foram contemplados não só com os computadores mas com mesas, cadeiras e material de escritório. Uma conquista para as 85 famílias que moram nesta área rural, se não fosse a falta de um local para instalar todo material doado.</p> <p>OFF 5: A comunidade ganhou computadores novos, impressoras, web cam e até linha de internet. Seu Raimundo foi quem procurou o projeto.</p> <p>RAIMUNDO PEREIRA (PRES. ASS. DE AGRICULTORES): Esse espaço aqui, é o espaço onde nós vamos construir a sala para instalação da estação digital em função de estarmos próximos da rede elétrica e facilitar o custo da instalação.</p> <p>OFF 6 (RAIMUNDO PEREIRA): E nós procuramos alguns parceiros, um deles respondeu que se nos doássemos a área pra eles, eles poderia ajudar a construir, infelizmente nós não podemos fazer isso.</p> <p>GIANA DA GUARDA (7 anos): Eu tenho esperança de chegar os computadores.</p> <p>NOTA PÉ: Os moradores do núcleo rural São Gabriel têm até o dia 12 de outubro para fazer a obra sob risco de perder os computadores. O serviço deve custar 5 mil reais. Quem quiser ajudar pode ligar para o telefone 9601 6474.</p>	<p>MOSTRA OS EQUIPAMENTOS. MOSTRA O MORADOR RAIMUNDO.</p> <p>COBRE SOM COM IMAGENS DO CAMPO.</p>
--	--